

**As políticas de ações afirmativas e a (des) racialização da universidade:
em debate a UFRB e seu projeto de universidade negra**

*Affirmative action policies and the (de)racialization of the university:
the UFRB and its black university project under debate*

*Las políticas de acciones positivas y la (des)racialización de la universidad:
la UFRB y su proyecto de universidad negra en debate*

Natália Silva Colen¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Rodrigo Ednilson de Jesus²

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar as reverberações produzidas pelas políticas de ações afirmativas e o projeto de universidade negra desenvolvidos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia a partir da atuação implicada e engajada de gestores/as negros/as responsáveis pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da universidade. Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito sujeitos envolvidos na gestão da PROPAAE entre os anos de 2009 e 2016. A pesquisa revelou que os programas e propostas encampados por esses sujeitos produziram uma política orientada pelo vislumbre de um projeto de universidade ancorado na perspectiva da igualdade e da equidade racial que pode se materializar por meio das ações afirmativas.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Universidade negra. Intelectuais negros.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the reverberations of the affirmative action policies and the black university project developed by the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB - Brazil), considering the dedicated and committed actions of black managers and directors in charge of the Department of Affirmative Action and Student Affairs (PROPAAE). This article is the result of a qualitative study in which eight semi-structured interviews were conducted with eight subjects involved in the administration of that Department during 2009-2016. The study reveals that the programs and proposals promoted by those subjects encouraged policies based both on affirmative action and on the conception of a university that is rooted in racial equality and equity perspectives.

Keywords: Affirmative action. Black university. Black intellectuals.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo debatir las reverberaciones producidas por las políticas de acciones positivas y por el proyecto de universidad negra que se han llevado a cabo en la Universidad Federal del Recôncavo de Bahía (UFRB - Brasil), a partir de

¹ Mestre. Universidade Federal de Minas Gerais, doutoranda em Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: colennatalia18@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4258346076359172>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2302-8562>.

² Pós Doutor. Universidade Federal de Minas Gerais, professor da faculdade de educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: rodrigoednilson@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4007632372889566>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1900-6205>.

la comprometida actuación de gestores/as negros/as afrodescendientes responsables de la Secretaría de Acciones Positivas y Asuntos Estudiantiles (PROPAAE) de dicha universidad. El artículo es producto de una investigación cualitativa en la cual fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con ocho sujetos involucrados en la gestión de la Secretaría mencionada durante el período 2009-2016. La investigación reveló que los programas y propuestas impulsados por estos sujetos produjeron una política orientada por la utopía de un proyecto de universidad basado en la perspectiva de la igualdad y la equidad racial que puede materializarse por las llamadas acciones positivas.

Palabras clave: Acciones positivas. Universidad negra. Intelectuales negros afrodescendientes.

Recebido em: 30 de novembro de 2021

Aceito em: 11 de janeiro de 2022

Introdução

O presente artigo é resultado de uma dissertação de mestrado defendida em um Programa de Pós-Graduação em Educação, que buscou discutir as políticas de ações afirmativas empreendidas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) entre os anos de 2006 e 2016. Temos como objetivo apresentar alguns dos impactos das ações afirmativas naquela universidade, a importância das trajetórias dos gestores da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) para a construção de um projeto de universidade negra, bem como algumas das desestabilizações produzidas por esse projeto e por essas pessoas na lógica universitária hegemônica.

Realizada em estreito diálogo com a PROPAAE da UFRB, na pesquisa de mestrado realizamos entrevistas semiestructuradas com oito gestores (entre eles técnicos, coordenadores e pró-reitores) que estiveram na direção da PROPAAE entre de 2005 a 2016 e um ex-aluno da universidade que atualmente está no quadro de professores da instituição.

Os gestores entrevistados na pesquisa foram³: Manuel Faustino – o primeiro reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015; Tia Ciata – pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2006 a 2011; Mestre Roque – pró-reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2011 a 2014; Dona Estelita – pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis desde 2016 (permanecia no cargo até 2021, ano de elaboração deste artigo); João de Obá – coordenador de Políticas Afirmativas da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis durante os anos de 2006 a 2011; Dona Dalva Damiana – coordenadora de Políticas

³ Os nomes apresentados na pesquisa são codinomes de personalidades negras da cultura popular do Recôncavo da Bahia, a fim de manter o sigilo e preservar a identidade dos entrevistados, conforme acordado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido da pesquisa.

Afirmativas, vinculada à gestão da PROPAAE, desde 2016 ; Caetano – coordenador de Assuntos Estudantis desde 2016 ; Dona Nicinha – servidora técnico-administrativa da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis e João de Deus – aluno do curso de Pedagogia da UFRB no ano de 2005 e atualmente professor da universidade.

Construindo um projeto de universidade negra na UFRB

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, oficialmente criada em 2005 por meio da Lei n 11.151, de 29 de julho 2005, está localizada em variadas cidades da região: Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana e Santo Amaro. Desde sua criação, em 2005, a UFRB estabeleceu uma política de reserva de vagas e foi pioneira na criação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) no Brasil.

Trabalhando com uma ideia de capilaridade das ações afirmativas nas diversas instâncias e práticas institucionais da Universidade, tanto no campo da gestão, quanto do ensino, da pesquisa, da extensão e das práticas pedagógicas gestadas pelos/as professores/as em seu cotidiano, a PROPAAE buscou estabelecer as ações afirmativas como o quarto eixo da Universidade, junto com o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo a permanência de jovens negros de forma ampliada. Organizou-se em torno de duas coordenadorias (de Políticas Afirmativas e de Assuntos Estudantis) e do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), carro-chefe da Pró-Reitoria.

Durante as entrevistas realizadas, os sujeitos foram narrando suas percepções sobre a identidade da Universidade e, a partir disso, destacaram alguns elementos utilizados para justificar a nomeação da UFRB como uma “universidade negra”, bem como os deslocamentos produzidos por essa nomeação: “Então, não é só você dizer que ela é negra porque tem 80% de estudantes [negros], ou, ela é negra porque tem essa primeira pró-reitoria no país, não, ela é negra porque tem uma política institucionalizada”. (Entrevista Tia Ciata - Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2006 a 2011).

Os entrevistados apontam que a identidade de universidade negra está diretamente conectada com o território negro em que a UFRB se insere: “Ao assumir essa identidade do Recôncavo, uma identidade que é socialmente referenciada, que é étnico-racialmente referenciada com a identidade negra, ela assume prontamente essas características do lugar onde ela tá situada”. (Entrevista Tia Ciata - pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2006 a 2011).

O referenciamento regional, ao qual todos os entrevistados fazem referência, está presente na concepção da UFRB desde o momento de sua criação, dando contornos ao projeto de universidade negra. Além disso, a identificação da universidade negra se conecta com a população majoritariamente negra do Recôncavo. Por isso, buscou ser uma universidade do Recôncavo e para o Recôncavo.

Outro elemento muito presente nas narrativas dos sujeitos sobre a percepção acerca da identidade da Universidade passa pelo expressivo número de estudantes autodeclarados/as negros na UFRB. Os dados apresentados pela Pesquisa de Perfil dos Estudantes (UFRB, 2014) demonstram que a UFRB contava, em 2014, com 83,4 % de estudantes negros/as, superando a média nacional, e 71,9% dos alunos de graduação pertenciam a um grupo com grande vulnerabilidade socioeconômica correspondendo às faixas C, D e E.

No entanto, o fato de a Universidade ter uma maioria de estudantes negros/as não se explica somente por estar localizada em uma cidade com maioria de moradores/as negros/as, como conta Manuel: “Muitos me perguntavam: ‘Professor, que coisa mais óbvia, é uma universidade do Recôncavo, tinha que ser a mais negra do Brasil mesmo’. Aí eu dizia: ‘Olha, a UFBA tava na cidade mais negra e nem por isso antes das cotas era a universidade mais negra’” (Entrevista Manuel - primeiro reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015).

Nesse sentido, o fato de ter uma maioria de estudantes negros/as vindos do Recôncavo Baiano parece convergir com seu projeto inicial de corrigir as distorções sociorraciais no recôncavo da Bahia, a começar pela adoção da política de reserva de vagas, antes mesmo da promulgação da Lei 12.711 (BRASIL, 2012) sancionada pela presidenta do Brasil, Dilma Rousseff⁴, no ano de 2012, e pela criação de uma Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

Então, assim, nós temos isso como uma marca de nascença. O Recôncavo é negro e pela primeira vez, justamente por essa decisão imediata de ter uma pró-reitoria, de implantar cotas desde o início e ter uma política afirmativa, isso foi naturalizado na UFRB (Entrevista Manuel - primeiro reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015).

O entrevistado continua:

Então a nomeação era política. Houve uma intencionalidade e a gente queria marcar isso. Marcar isso pra que, de um modo geral, o Recôncavo se reconhecesse. Eu lembro que era muito claro, assim, que os pobres do Recôncavo, ou o povo do Recôncavo não via aquela universidade [UFBA] como sendo dela. Era uma coisa ali, mas não era pra eles. Então, quando a gente marca algumas coisas, quando reconhece, “Universidade do Recôncavo”, “Universidade Negra”, existia ali uma intencionalidade de buscar uma identificação (Entrevista Manuel - primeiro reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015).

A narrativa de Manuel demonstra uma preocupação de que as pessoas do Recôncavo se reconhecessem na Universidade, descobrindo a possibilidade de ocuparem e se

⁴ Presidenta Dilma Rousseff esteve no governo do país no período de 2011 a 2016, ano em que foi afastada da presidência após uma série de notícias sobre corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, que culminaram em um golpe político, destituindo-a da presidência sem provas. Cf.: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html.

apropriarem daquele espaço, do qual estiveram tão distantes ao longo da história. Assim, o projeto de universidade reconhecido e afirmado na UFRB, ancorado nas ações afirmativas, insere a população negra do Recôncavo no campo da possibilidade, da existência, como conta o aluno egresso e que atualmente é professor da mesma universidade em que se formou:

O que eu coloco em evidência é a linha tênue da impossibilidade. Eu afirmo a importância da UFRB no campo de oportunidades né, é o que a UFRB tá fazendo, “oportunitás” né (em direção a outro porto de mar). Eu, que não tinha a oportunidade, eu tenho a convicção que outros povos negros com a oportunidade podem construir a possibilidade (Entrevista João de Deus – aluno egresso UFRB).

A narrativa de João de Deus traz elementos fundamentais para reconhecermos a importância de um projeto como o da UFRB. De acordo com ele, antes da Universidade, eles estavam na esfera da impossibilidade ou da inexistência, que significa “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível”.

Eu tive num evento na UFES [Universidade Federal do Espírito Santo] em que um decano foi dizer que discutir política de ação afirmativa era o conto da carochinha, aí eu pedi a palavra. A minha primeira pergunta pra ele foi assim: “Ei, você tá me vendo aqui?”. Ele olhou pra mim e não respondeu, e aí eu disse: “Pois eu tô aqui, eu não me considero um conto da carochinha. Eu sou fruto da política de ação afirmativa que existe, que pode não ser lida a partir de sua lente, mas que pra mim é muito caro”. O silêncio dele foi uma resposta. Ele não tá me vendo, ele nunca me viu no processo histórico da universidade, ele não me vê realmente (Entrevista João de Deus – aluno egresso UFRB).

Nesse sentido, a UFRB parece estar possibilitando não apenas um processo de reflexão sobre a invisibilidade produzida ativamente sobre a população negra, especialmente na academia, mas também tem contribuído para produzir emergências, possibilitando a reexistência da população negra no âmbito acadêmico, na condição de produtores de conhecimentos. Como relata João de Deus: “A gente acaba com essa ideia do impossível, esse discurso que é atravessado por um projeto marcado pela manutenção dos privilégios, pela cegueira racial, do discurso universalista.” (Entrevista João de Deus – aluno egresso UFRB).

Com essa perspectiva, a UFRB dá lugar não somente aos/às estudantes, mas também aos/às intelectuais negros/as, a partir do reconhecimento de suas potencialidades para a ocupação de cargos importantes na gestão da Universidade, como nos conta a entrevistada:

Me diga, se eu tivesse ficado na Universidade Federal de São Carlos, terminado e trabalhado por lá, qual seria a chance de eu ser pró-reitora de políticas afirmativas? Certamente não, ou uma chance pequena. Então eu acho que essa universidade, também ela vem trazer as possibilidades pras pessoas que hoje, que ontem né, sofreram e que hoje tão empoderadas e conseguem assumir um lugar de poder né (Entrevista Dona Estelita - pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis desde 2016).

A fala de Dona Estelita sugere, nesse sentido, que a UFRB, intencionalmente e politicamente, valoriza o lugar do/a negro/a, o que se reflete também na escolha do perfil e do pertencimento étnico-racial dos/as funcionários/as para atuarem na PROPAAE, como é reforçado por outro entrevistado:

Nós tínhamos uma intencionalidade política com a universidade negra. Toda vez que eu via ou me reunia com os professores, era possível perceber o número de negros superior do que eu via em outras universidades. Nos servidores, nos meus assessores, nos pró-reitores. Então, assim, não há dúvidas de que não foi coincidência, houve uma intencionalidade (Entrevista Manuel - reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015).

As narrativas sugerem que se tornar negra foi uma decisão da UFRB, gestada pelos sujeitos que ocupavam naquele momento cargos de gestão, especialmente por serem negros/as engajados/as e militantes. A intencionalidade presente no projeto de universidade negra passa, em nossa hipótese, pela presença ativa dos/as gestores/as negros na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. A auto nomeação da UFRB como uma universidade negra potencializa o reconhecimento de seus/suas estudantes como negros/as, produzindo a afirmação dessas identidades e a produção de uma nova autoimagem. (ARROYO, 2012). A narrativa de Tia Ciata elucida tal questão, demarcando a forma como os/as estudantes foram se modificando a partir da identificação com a Universidade por meio das ações promovidas:

É que a primeira questão, assim, talvez, que remete ao que significa na prática se assumir como universidade negra, é a própria auto identificação do estudante como estudante cotista como a identidade valorosa. Nós fizemos na PROPAAE o primeiro seminário de assuntos estudantis da UFRB, que nós convocamos todos os estudantes do programa, que naquela altura eram mais de 1000 estudantes. Eles vieram voluntariamente e quando nós, nas primeiras plenárias, perguntávamos quem eram os estudantes cotistas, eles tinham receio de se manifestar com essa identidade. O crescente do aprofundamento dessa formação, do entendimento da política como um direito, do entendimento do lugar que a política tinha no projeto institucional, a UFRB foi criando nesses estudantes essa identidade positiva da condição de cotista, da condição de participação de uma política afirmativa, pra dentro e pra fora. Nós constituímos grandes lideranças entre os estudantes na universidade por essa pauta, pela admissão dessa identidade (Entrevista Tia Ciata - Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2006 a 2011)

Ao se nomear negra, construindo uma imagem positivada e reafirmada sobre o/a negro/a, a UFRB permite a identificação racial de seus/suas estudantes, que têm a possibilidade de se reconhecerem, se autoafirmarem e de produzirem um deslocamento na

construção de sua própria autoimagem. Na narrativa transcrita a seguir, Dona Nicinha nos relata um caso em que esse elemento aparece:

E outra coisa que eu observei, também, nesse nível de pertencimento que eles adquirem quando estudam aqui, é que, às vezes, quando eles entram, eles entram dizendo que são pardos e isso é uma fala de uma das meninas que entrou agora no segundo ciclo pro curso de Medicina, onde ela diz assim: “Eu entrei uma estudante parda e vou para o curso de Medicina uma mulher negra” (Dona Nicinha - servidora técnico-administrativa da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis).

Tal dimensão aponta para o fato de que “jovens negros que participam de processos de ações afirmativas tendem a estabelecer relação diferente com a sua corporeidade. Há, então, a produção de outro saber sobre o corpo” (GOMES, 2018, p.115). O relato de João de Deus, ex-aluno da UFRB, enfatiza essa dimensão, apontando a mudança em sua autoimagem e em seu pertencimento racial a partir do contato com professores/as negros/as e com a temática racial:

Eu usava shampoo seda ultra liso intenso antes de acessar a universidade, essas coisas são do campo da consciência né, a gente atua de maneira inconsciente. Foi um divisor de águas, eu saio da condição de uma pessoa que usa shampoo pra alisar o cabelo porque meu espelho não era desejado, e eu entrei em contato com professores negros, professoras negras, que falavam sobre a questão racial (Entrevista João de Deus – aluno egresso UFRB).

As narrativas trazidas pelos/as entrevistados/as demonstram que a UFRB, ancorada nas ações afirmativas, provoca uma modificação na representação, no imaginário e nas possibilidades de ser negro/a. Como narra João de Deus: “A influência das políticas de ações afirmativas vai pra sala, que produz consciência nos sujeitos, que vão conduzindo e avançando nessa dinâmica de consciência” (Entrevista João de Deus – aluno egresso UFRB). Por essa razão, assumir essa identidade é muito simbólico e representativo, pois, ao reconhecer as variadas desigualdades raciais que se perpetuam no ensino superior, bem como a necessidade de afirmação das diferenças e das identidades para a promoção da igualdade de fato, a UFRB nomeia e racializa o público que pretende atingir. Nesse caso, a imagem reforçada e enfatizada é a de um corpo negro, territorializado, como bem expressa a atual logomarca da universidade, comentada por Dona Dalva, coordenadora de Políticas Afirmativas, vinculada à gestão da PROPAAE, desde 2016:

A Universidade, ela começou a ter esse rosto. A gente tem uma identidade própria. É a face do Recôncavo. É a face desse povo que nunca teve espaço dentro da universidade, que hoje é a casa deles; é a casa do preto, do pobre, do que tem sua definição de sexualidade dentro do que entende como melhor pra si, sem ser criticado por isso. E sendo percebido como uma pessoa que tem direito a ser, ou

querer ser o que deseja (Entrevista Dona Dalva - coordenadora de Políticas Afirmativas - gestão da PROPAAE 2016).

Desse modo, o projeto de universidade negra proposto pela UFRB apresenta uma dimensão marcadamente política, pois possibilita o rompimento com a ideia de harmonia racial pregada no Brasil, já que, “no Brasil, apesar da tão falada miscigenação racial, existem espaços em que corpos negros e brancos não se encontram ou se encontram muito pouco, e um deles é a universidade”. (GOMES, 2018, p.115). Assim, diante de uma universidade corporificada e racializada, a UFRB desmascara o ideal de democracia racial que prega a ideia de sujeito universal/ desracializado. A ideia de democracia racial, difundida especialmente a partir das obras de Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, de 1933, foi e ainda é fortemente presente no imaginário coletivo da sociedade brasileira. Tal ideal sustenta a argumentação de que não há a existência de raças, apostando na ideia da miscigenação e da mistura, e, portanto, pressupõe a inexistência de hierarquias ou conflitos raciais. Na obra citada, o autor mascara as violências contra negros no período escravocrata propondo uma convivência baseada no equilíbrio de antagonismos entre brancos e negros.

Nessa perspectiva, se destaca o discurso da mistura e, portanto, da democracia racial, que marca a identidade nacional, com a ideia de que “somos todos iguais”, e que vivemos democraticamente todas as oportunidades e direitos. Tal aspecto promove o não reconhecimento, na atualidade, das imensas desigualdades raciais, sociais e econômicas entre brancos/as e negros/as no Brasil, atribuindo apenas ao passado escravista tal fato. (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

O mito da democracia racial, como ficou conhecido, embora seja de fato um mito, aparece na vida social como uma realidade que sustenta muitas posições, com diversas repercussões, e “ainda não foi suficientemente desmascarado pela elite branca brasileira, principalmente porque ela não está interessada em seu desmascaramento, e sim na sua perpetuação.” (CARVALHO, 2003, p.174).

A percepção falaciosa da inexistência de diferenças entre os grupos raciais impacta diretamente no reconhecimento e na afirmação das identidades desses grupos historicamente excluídos, tornando necessária “uma desautorização de identidade [já que] aquele que detém todo o poder econômico e social ainda se atreve a desautorizar a identidade com que o discriminado se apresenta”. (CARVALHO, 2003, p.174). Esse ideal construído estrategicamente pela elite branca serve como um discurso de garantia de seus privilégios e embasa diversas argumentações no cenário social para justificar, por exemplo, posições contrárias às políticas de promoção da igualdade racial, entre elas a alegação de inconstitucionalidade da política de cotas, entre outras.

Apesar da forte presença da ilusão de democracia racial e do discurso “somos todos iguais”, contraditoriamente, nossa sociedade é alicerçada por uma dimensão extremamente racista, que constrói o imaginário coletivo da existência de diferenças raciais que estruturam todas as nossas relações, gerando profundas desigualdades. Contudo, no campo político e social, como no âmbito das políticas públicas e da academia, tais diferenças são negadas ou ocultadas pelo discurso universalista. Nessa perspectiva, “o não reconhecimento das diferenças legitima um discurso universalizante e ao mesmo tempo excludente, que não viabiliza outras formas de ser”. (RIBEIRO, 2017, p.31).

Tal aspecto pode ser pensado como um legado do cientificismo eurocêntrico, que trouxe à tona uma ideia de universalismo abstrato, marcando categoricamente o campo do conhecimento e outras esferas da vida, como a econômica, política, social, estética, subjetiva e acadêmica. (COSTA; TORRES; GROSGUÉL, 2018)

Baseada no lema de uma igualdade de oportunidades universais, a universidade, por exemplo, foi negando ao longo do tempo o anúncio de sua racialização, do mesmo modo com que a escancarava, pois foi se constituindo, desde suas bases, apenas por sujeitos brancos, pertencentes a uma elite econômica. A criação das universidades brasileiras foi colonizada. A elite branca, influenciada pela elite acadêmica europeia branca, fundou uma universidade nos padrões das universidades modernas ocidentais. (CARVALHO, 2018). Assim, “é preciso racializar a discussão e afirmar que a nossa academia é branca e colonizadora”. (Idem, p.90).

Apesar de a universidade ser marcadamente branca, como aponta o autor, o discurso produzido sobre ela e sobre os sujeitos que podem acessá-la, que se concretizou em políticas públicas universalistas, é extremamente marcado pela concepção do universalismo abstrato, muito influenciado também pelo mito da democracia racial. Contudo, tal universalismo é, na verdade, “um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica”. (COSTA; TORRES; GROSGUÉL, 2018, p.13). Nesse sentido, esse universalismo desincorporado, neutro e desracializado se disfarça, contraditoriamente e estrategicamente, em um particularismo que é branco, patriarcal e elitista.

Assim, ao colocar em cheque essa universalização abstrata/particular, a UFRB, se anunciando intencionalmente negra e ancorada pelas políticas afirmativas, possibilita a politização da cor e do pertencimento racial, muito reivindicado pelo movimento negro há longa data. (GOMES, 2018). Assim, assume um lugar social e um lugar de fala que possibilita o rompimento do discurso universalista:

O lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de negritude e outras identidades. Com isso, pretende-se também refutar uma

pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. (RIBEIRO, 2017, p.70)

Por essa razão, o projeto de universidade negra que a UFRB empreende e inaugura, produz a emergência de diversos sujeitos negros, seus saberes, conhecimentos e experiências, antes entendidos como inexistentes ou impossíveis. Promove ainda a “afirmação da existência e o conhecimento daqueles que foram apagados, invisibilizados e negados pela colonialidade” (GROSGOUEL, 2018, p.16). Nesse sentido, tem a possibilidade de construir uma renovação epistemológica e política e o faz a partir de seus programas e organização universitária, daí provoca o surgimento de outras realidades, outras possibilidades de ver e pensar a universidade e as políticas de ações afirmativas. Produz, portanto, novas formas de compreender o mundo. O projeto de universidade negra aponta para um futuro possível, mais democrático, em que negros e negras estejam ativamente presentes na construção de uma universidade pública e de uma sociedade de fato plurirracial, em convergência com o que é assinalado no Manifesto em Favor da lei de Cotas:

Se a Lei de Cotas visa nivelar o acesso às vagas de ingresso nas universidades públicas entre brancos e negros, o Estatuto da Igualdade Racial complementa esse movimento por justiça. Garante o acesso mínimo dos negros aos cargos públicos e assegura um mínimo de igualdade racial no mercado de trabalho e no usufruto dos serviços públicos de saúde e moradia, entre outros. Nesse sentido, o Estatuto recupera uma medida de igualdade que deveria ter sido incluída na Constituição de 1891, no momento inicial da construção da República no Brasil (MANIFESTO EM FAVOR DA LEI DE COTAS E DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, 2006).

A concretização desse projeto depende não apenas de posicionamento político, mas de ações politicamente orientadas. Depende de sujeitos que comunguem de seus princípios e se impliquem na sua elaboração e execução.

Intelectuais negros engajados: a trajetória dos gestores da UFRB

Entre os resultados deste estudo, o que ficou evidente é que o lugar de pertencimento étnico-racial e social, bem como as experiências pessoais e formativas dos sujeitos, podem reverberar em suas atuações políticas na gestão. Todos os sujeitos entrevistados que já estiveram na gestão da PROPAAE no cargo de pró-reitores são sujeitos autodeclarados negros, com trajetórias acadêmicas, profissionais e políticas em movimentos sociais e sindicatos – com diferentes aproximações – e estavam envolvidos em debates referentes às relações étnico-raciais e o campo da inclusão e da diversidade.

Consideramos importante destacar aspectos da história de vida e atravessamentos do racismo na história individual dos sujeitos participantes da pesquisa, que apareceram no decorrer das entrevistas como elementos marcantes em suas trajetórias. A experiência do racismo, o lugar social, bem como as origens familiares, são aspectos que estes apresentam para demarcarem seu lugar no mundo, seu lugar de fala, já que a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. (LAROSSA, 2002, p. 21).

Nogueira (2006) ajuda a pensar nessa questão ao propor uma discussão sociológica acerca do preconceito racial de marca, presente no Brasil. O autor aponta que o preconceito racial deve ser pensado de forma situada a partir das relações raciais estabelecidas em cada contexto, pois a forma como este é vivenciado e compreendido pela população é diverso. No Brasil o preconceito racial de marca acontece a partir de sua manifestação em relação à aparência e às características físicas dos sujeitos. Como sabemos, “no Brasil a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negroides”. (NOGUEIRA, 2006, p.296). A partir desse contexto, em que a marca do preconceito aparece no corpo negro, esses sujeitos vão identificando ao longo de suas histórias diversas situações de discriminação racial que os acompanham:

Durante minha trajetória escolar de estudante, eu sofri muitos preconceitos, racismos, né, até a minha vida adulta. Não foi fácil morar e estudar em São Carlos, interior de São Paulo. Porque eu era, eu sou negra, e lá as pessoas têm um perfil de cor branca prioritariamente. Então eu ouvia piadas na fila do banco, no restaurante, enfim, essas coisas (Entrevista Dona Estelita-Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis desde 2016).

Um ponto em comum entre as diferentes trajetórias desses sujeitos diz respeito a essas vivências de preconceito que desencadeiam reflexões sobre o lugar que ocupam na sociedade:

[...] a gente vive em uma sociedade em que o racismo é uma marca de fato, então isso não deixa de aparecer no que nós construímos na nossa trajetória enquanto negros e negras (Entrevista Tia Ciata - Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2006 a 2011).

[...] pra mim sempre foi muito nítido o racismo na sociedade brasileira. Então, eu sempre vivi carregando na pele essa marca; a sociedade nunca deixou que eu me esquecesse disso. Então, a todo tempo eu fui lembrado disso e percebia, não apenas em mim, mas percebia, e percebo na forma da organização da sociedade a forma como o racismo se estrutura no Brasil (Entrevista Manuel - reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015)

As diversas formas de racismo ainda são vivenciadas por alguns dos entrevistados, mesmo após a experiência da ascensão social, tendo em vista os lugares profissionais que exercem e exerceram – além de cursarem ensino superior, construíram carreiras dentro da universidade, chegando à docência na graduação e pós-graduação, e também

ocupam/ocuparam cargos de gestão, como a reitoria, a pró-reitoria, a coordenação de políticas afirmativas e cargos fora da universidade.

O relato a seguir demonstra que, mesmo após se tornar reitor da UFRB, o entrevistado continuou sofrendo discriminação racial, o que demonstra que, independente do status social, o que marca o preconceito racial no Brasil é o corpo.

[...] eu tive uma vivência real. Então, depois, a todo tempo, eu cansei de ser barrado em espaços que “só podiam entrar reitor”. Então, portas que só podiam entrar reitor, na hora que chegava minha vez dizia: “Aqui só reitor”. Então, assim, seja antes ou depois, a sociedade sempre me lembrou isso de formas muito claras, sem me deixar dúvidas (Entrevista Manuel - reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015).

Em sua tese, Laborne (2014) discute a construção da identidade racial de professores universitários negros na UFMG, e salienta que o racismo é persistente mesmo em situações de grande mobilidade social. Como destaca a autora, o título e o status de professor universitário aparecem como um passaporte importante para a circulação desses sujeitos na universidade e na forma como são tratados: “A credencial de ‘ser professor universitário’ parece garantir certa imunidade diante de situações declaradas de preconceito no meio acadêmico”. (LABORNE, 2014, p.145). No entanto, mesmo com qualificação profissional e titulação acadêmica, os docentes negros continuam expostos a situações veladas de discriminação racial na universidade, que se manifestam tanto por parte de alunos quanto de colegas, provocando impedimentos, inclusive, nas oportunidades de avanços de suas carreiras.

Ser professor universitário negro significa, nesse contexto, ascender socialmente. Entretanto não significa ficar livre de discriminações raciais, uma vez que, no Brasil, estas operam através de características fenotípicas tais como cor da pele, tipo de cabelo e traços corporais: tais características não desaparecem apenas porque o sujeito galgou uma posição de destaque na sociedade. (LABORNE, 2014, p. 146).

A entrevistada Dona Estelita narra um tipo de situação em que, mesmo estando em um cargo de pró-reitora, percebe a manifestação do preconceito velado, nas relações interpessoais, estabelecidas com os funcionários da PROPAAE:

Tem algumas coisas que você percebe nas entrelinhas que são [racismo], por exemplo, pra algumas pessoas, pode passar por esquecimento, mas que eu fico muito atenta a essas coisas, porque eu acho que o esquecimento vem justificar justamente formas de você não respeitar a diversidade. De vez em quando a gente percebe que tem um técnico ou outro que tem dificuldade de respeitar ou de acatar uma decisão minha, enquanto gestão. E eu acho que isso é expressão do racismo, da dificuldade de lidar com uma mulher negra liderando e não mais o contrário né (Entrevista Dona Estelita - pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis desde 2016).

A entrevistada aponta que, em suas experiências, vivencia o racismo, presente na dificuldade das pessoas de lidarem com sujeitos negros em cargos de poder, tendo em vista que, historicamente, “a referência que têm do negro está diretamente relacionada a indivíduos em situação de pobreza, ocupando cargos de baixo status social, alocados nos ramos de prestação de serviços, pertencendo aos bolsões de miséria”. (GOMES, 1995, p.59).

A narrativa da entrevistada alerta, ainda, para o fato de que a dissimulação, o velamento ou silenciamento das expressões do racismo podem dificultar sua compreensão por parte de alguns sujeitos. Como defende Munanga (2009), o racismo é como um iceberg, cuja parte aparente revela as manifestações de preconceito e práticas discriminatórias que são notadas pelos comportamentos e discursos sociais e individuais. No entanto, há uma grande parte submersa, escondida do iceberg, que representa o preconceito não manifesto, não aparente, velado, mas presente no imaginário dos indivíduos.

Essas proposições evidenciam que, no Brasil, a marca do racismo passa pelo corpo, pelas características fenotípicas e, portanto, quanto mais características da negritude o sujeito possui, maior a probabilidade de o racismo incidir sobre suas trajetórias. Vale a pena assinalar que, embora se trate de experiências individuais, o racismo aparece também como uma experiência compartilhada por esse grupo, tendo em vista seu caráter estrutural e estruturante das/nas relações sociais. Levando em consideração que “indivíduos pertencentes a determinados grupos [partilham] experiências similares” (RIBEIRO, 2017, p.62), as trajetórias dos/das entrevistados/as são compartilhadas, marcadas não só, mas também, pelo racismo, que se somaram às experiências em movimentos sociais e formação acadêmico-científica e política, contribuindo para o engajamento nas lutas pela igualdade racial e educacional: “E toda essa trajetória de sofrer discriminação, sempre me veio também a vontade e a possibilidade de militar e de estudar sobre isso né”. (Entrevista Dona Estelita - pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis desde 2016)

Os gestores e gestoras entrevistados/as nesta pesquisa têm uma ampla trajetória acadêmica e profissional, como descrito. Destacamos aqui alguns elementos que consideramos, a partir de suas narrativas, como pontos que foram constituindo suas formações e concepções ao longo das diferentes inserções em cargos e trabalhos, com mais ou menos engajamento.

Entre essas participações, chama a atenção à ênfase dada por um dos entrevistados à sua atuação no Movimento Negro Unificado (MNU). Ele foi o único entrevistado, entre os demais, que aponta a atuação direta no MNU. Contudo, os outros reconhecem as influências indiretas desse movimento em suas trajetórias. Por essa razão, damos ênfase aqui sobre o

protagonismo do MNU na luta pela implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil, bem como no papel formador desse movimento.

O entrevistado Mestre Roque destaca que começou a militância ainda muito jovem, em Ilhéus, interior da Bahia, onde nasceu. Foi militante do movimento estudantil e do movimento negro e com aproximadamente 20 anos, em Salvador, se tornou dirigente do MNU. Sua participação no movimento, na década de 1990, se deu especialmente em torno da pauta no campo educacional, na luta pela entrada de estudantes negros no ensino superior, na retomada do que ele chama de movimento negro acadêmico:

[...] o MNU tinha uma tese de que a gente tinha que organizar a luta racial onde o negro estivesse. Então, eu fui destacado pra esse movimento jovem de estudantes. Lá nós criamos um grupo de São Lázaro, na UFBA, e nessa organização nós demos início, fizemos um manifesto pra tentar organizar, reorganizar os negros no movimento negro acadêmico, uma retomada, na década de 90. Foi a retomada do movimento negro acadêmico (Entrevista Mestre Roque - Pró-reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2011 a 2014).

As reivindicações protagonizadas pelo movimento negro nos anos 1980 no campo educacional assumiram, a princípio, um tom bastante universalista. Contudo, ao compreenderem que as políticas públicas universais não contemplavam e não garantiam a participação da população negra, houve um deslocamento discursivo do movimento, que passa a defender e lutar radicalmente por políticas focalizadas e afirmativas. Nesse sentido, as décadas seguintes, especialmente os anos 2000, testemunharam uma notável inflexão do movimento e da compreensão sobre a raça, que começa a ganhar espaços importantes nas políticas do Estado. (GOMES, 2017)

Ainda sobre o movimento negro acadêmico, Mestre Roque ressalta uma participação formativa importante, na organização do Primeiro Seminário Nacional de Universitários Negros (Senun)⁵. O caráter formador do MNU aparece com bastante ênfase na narrativa de Mestre Roque:

Meu despertar acadêmico e intelectual se deu pelas provocações do movimento negro, então isso, essa trajetória minha interferiu profundamente e por isso que visei formar muitos estudantes nessa perspectiva pra que eles pudessem dar continuidade a esse trabalho (Entrevista Mestre Roque - Pró-reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2011 a 2014).

⁵ O Primeiro Seminário de Estudantes Negros Universitários aconteceu na cidade de Salvador, em 1993, em homenagem à trajetória de luta do movimento negro e em prol do debate sobre a necessidade de ocupação do espaço acadêmico por jovens negros e as estratégias para consolidação dessa ação.

Na sua narrativa, o movimento negro aparece como um educador intelectual e acadêmico. No decorrer da entrevista, Mestre Roque acrescenta que o movimento negro o ajudou também a se tornar um homem negro e impactou toda sua trajetória na universidade:

[...] eu mesmo, o meu engajamento na universidade com a questão racial é a forma de eu compensar o que aprendi com o movimento negro que me formou né, me formou enquanto pessoa, enquanto visão de mundo, enquanto cidadão, me fez me ver e me entender enquanto negro, me fez refletir sobre o racismo que sempre atravessou o meu corpo, as minhas vivências (Entrevista Mestre Roque - Pró-reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2011 a 2014).

A partir de todas as lutas e reivindicações emancipatórias no campo das relações étnico-raciais no país, o movimento negro provoca o deslocamento no pensamento sobre a raça no Brasil, na medida em que a politiza, afirmando-a enquanto uma construção social, retirando a população negra do lugar da inferioridade engendrada pelo racismo, possibilitando a desmistificação da democracia racial (GOMES, 2017).

A começar pela formação no e pelo movimento negro, Mestre Roque também se engajou em diversas esferas da universidade, trazendo à tona a pauta das relações étnico-raciais. Trabalhou como professor na Universidade Estadual da Bahia (Uneb), onde contribuiu na implementação das cotas raciais e da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), com a discussão de formação de professores. Essa dimensão acompanhou sua trajetória, como ele narra:

[...] minha trajetória influenciou e interfere diretamente nas ações porque eu participei de todas as esferas da universidade, da formação, e nunca a universidade me disse que eu era negro, nunca a escola me disse que eu era negro, eu não tive formação étnico-racial na escola, quem me formou foi o movimento social (Entrevista Mestre Roque - Pró-reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis de 2011 a 2014).

O caráter educador do movimento negro, como destacado, reverbera por toda a sociedade a partir de suas pautas e dos deslocamentos provocados; nesse sentido, atinge outros movimentos sociais e sujeitos que não participaram diretamente de suas ações. É nesse cenário que os demais sujeitos da pesquisa foram inevitavelmente influenciados pelas ondas do movimento negro, como conta Manuel, reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015:

[...] eu nunca fui um militante do movimento negro, ao contrário de grandes amigos. Eu sempre tive uma militância muito mais ambientalista, uma militância mais universalista do que no movimento negro. Mas percebo claramente sua influência na minha forma de pensar e de ver e de reconhecer a forma como o racismo se estrutura em nossa sociedade (Entrevista Manuel, reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015).

Além do movimento negro, movimentos sociais como o movimento estudantil, a participação em sindicatos e a filiação a partidos políticos aparecem de forma expressiva nas trajetórias dos entrevistados, com mais ou menos engajamento, corroborando a importância desses movimentos na politização dos sujeitos e na formação de consciência crítica no que tange às temáticas de direitos humanos, diversidade, inclusão, relações raciais, entre outros. “Os movimentos sociais, com suas presenças afirmativas, têm trazido para o debate político a necessidade de tirar do ocultamento os grupos discriminados, marginalizados ao longo de nossa formação política”. (ARROYO, 2012, p.163).

Manuel, que foi reitor da universidade durante os anos de 2006 a 2015, teve uma participação ativa no movimento estudantil na década de 1980, momento em que o país saía de uma ditadura e debatia não apenas a redemocratização do país, mas também o papel da universidade. Em 2004, se tornou presidente da Comissão de Relatoria das Políticas Afirmativas da UFBA. Participou ativamente das discussões sobre as políticas de cotas nos anos de 2002 a 2004, e também das discussões para a criação da UFRB.

João Obá, que foi Coordenador de Políticas Afirmativas de 2006 a 2011, teve uma participação intensa no sindicato dos professores, contribuindo em diversos campos, especialmente no tocante às reformas de ensino, elaboração de currículos e políticas de valorização e formação de professores, em interlocução com os movimentos sociais. Na área acadêmica, coordenou o programa Conexões de Saberes na UFRB de 2007 a 2011. Participou também de um grupo com articulação política em torno da temática das relações étnico-raciais, a partir da atuação como assessor parlamentar de um deputado estadual.

Tia Ciata, que atuou na pró-reitora da PROPAAE de 2006 a 2011, e Dona Estelita, pró-reitora no momento de realização da pesquisa, sempre atuaram academicamente com temáticas em intersecção com questões étnico-raciais.

Tia Ciata tem experiência de atuação na área de currículo e implementação de propostas curriculares diferenciadas com abordagens de cultura, identidade e as questões de gênero e raça. Essas experiências, bem como sua tese de doutorado, foram abarcadas quando da implementação da PROPAAE e nas discussões sobre ações afirmativas na UFRB. No momento de realização da pesquisa, atuava como tutora no PET Conexões de Saberes: Acesso, permanência e pós-permanência.

Dona Estelita trabalhou com inclusão social e educação especial em Aracaju, sua cidade natal. Desde sua chegada à UFRB em 2007, começou a trabalhar com inclusão social e racial. Integrou o Programa Conexões de Saberes, atuando diretamente com a temática racial, e participou como coordenadora do Núcleo de Ingresso da PROPAAE, atuando na

criação de cursos pré-vestibulares para pessoas em vulnerabilidade social. Após isso, em 2015, assumiu a coordenação de Assuntos Estudantis da mesma pró-reitoria.

Dona Dalva, Coordenadora de Políticas Afirmativas no momento de realização da pesquisa, tem trajetória ampla em pesquisas e estudos sobre relações raciais, ações afirmativas, cotas raciais e permanência de estudantes negros na universidade. É tutora do PET Afirmção: Acesso e Permanência de Jovens das Comunidades Negras Rurais no Ensino Superior e integra o comitê de acompanhamento de políticas afirmativas e acesso a reserva de cotas na UFRB.

Como pudemos ver a partir das atuações desses sujeitos, estão ligados pela experiência da negritude e pelo engajamento na construção de um projeto de universidade que se autointitula negra. Tal engajamento passa pelas experiências e trajetórias profissionais, acadêmicas e políticas, e também pelo atravessamento e experiências do racismo. Como afirma Dona Nicinha técnico-administrativa da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis:

[...] me parece que, apesar de algumas diferenças na condução da gestão, no modelo de condução, as trajetórias deles são muito parecidas. Não teve, assim, uma descontinuidade. Todos tinham em comum o desejo por esta universidade negra no Recôncavo, por uma universidade inclusiva e democrática (Entrevista Dona Nicinha técnico-administrativa da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis).

Assim, o engajamento empreendido por esses gestores não passa apenas pela forma como compreendem o racismo e as relações sociais, mas também pelas experiências vivenciadas por eles ao longo de suas trajetórias, como pessoais e profissionais. Desse modo, compreendemos que, assim como essas trajetórias e o lugar social dos sujeitos marcam sua atuação e experiência na gestão da universidade, dialogicamente, a vivência dessas experiências também os marca e os modifica.

Cabe aqui ressaltar que não queremos com essa proposição lançar um olhar essencialista acerca das trajetórias de pessoas negras, nem tão pouco idealizá-las como militantes da causa antirracista, pois, como alerta Ribeiro (2017),

ocupar uma localização comum em relações de poder hierárquicas não implica em se ter as mesmas experiências, pois, não se pode negar a dimensão individual. Todavia, o fato é que, justamente por ocuparem a mesma localização social, esses indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder e criam essas experiências comuns. (p.65)

Diante do compartilhamento dessas experiências, entendemos que o lugar social dos sujeitos escutados na pesquisa é um fator importante e marcante no protagonismo que tiveram na construção de uma universidade negra. Assim, a partir das trajetórias narradas,

compreendemos e situamos esses sujeitos como intelectuais negros engajados e implicados na luta antirracista. Refletimos sobre o lugar desses intelectuais na gestão da universidade, na potência da presença de seus corpos negros no contexto acadêmico, na produção de saberes e fazeres políticos e de enfrentamento na UFRB. “Negras e negros implicados na luta antirracista. Um negro que, além do corpo, ele faz com que esse corpo produza consciência. Isso foi determinante. Todos negros afirmados, aplicados com o debate. Isso direciona uma política de sentido né.” (JEntrevista João de Deus, aluno egresso da UFRB).

Sales Santos (2008) propõe uma discussão sobre os/as negros/as intelectuais, elucidando que estes têm uma ética antirracista muitas vezes obtida ou incorporada do movimento social negro, são aqueles/as que se posicionam acadêmica e cientificamente a favor das políticas de promoção da igualdade racial, destacando que essa ética resulta da interação com a participação em movimentos sociais e ou a inserção em cursos acadêmico-científicos. Gomes (2006) dialoga com essa ideia e salienta que a função dos/as intelectuais negros/as tem sido indagar, provocar e questionar a academia acerca dos saberes produzidos por ela, bem como dos sujeitos que os produzem, colocando em evidência o lugar das diferenças nessa relação, questionando a distribuição desigual do conhecimento, que é atravessada por aspectos regionais, étnico-raciais, de gênero, entre outros.

Assim, a presença desses/as intelectuais nas universidades traz à tona, também, a discussão sobre a democratização da sociedade e da universidade, lembrando que, num cenário democrático, cabe às universidades não só apresentar contribuições e avanços do ponto de vista teórico, mas, sobretudo, acompanhar as demandas e fatos sociais de seu tempo, provocando conhecimentos e ações que impulsionem ainda mais o processo de democratização em todas as esferas sociais. Uma produção de conhecimento que esteja engajada na construção da igualdade de direitos diversos, entre eles, o direito às diferenças. (GOMES, 2006).

Conclusões

Com a pesquisa realizada, percebemos que a nomeação da UFRB como uma universidade negra possibilita não apenas construir um olhar diferente dos/as docentes, discentes e profissionais sobre as relações raciais dentro e fora da Universidade, estabelecendo as ações afirmativas como um ponto de referência, mas também interpela a própria Universidade e as lógicas de conhecimento hegemonicamente construídas, já que produzem reflexões importantes sobre a compreensão dos currículos, do processo de transmissão de conteúdos, bem como da existência de novas perspectivas para os sujeitos negros ali presentes.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que havia na instituição uma intencionalidade acerca das políticas de ações afirmativas, ou seja, havia um interesse por parte da gestão que as pautas antirracistas e de promoção da igualdade racial fossem levadas a frente, emergindo também o reconhecimento, por parte dos/as entrevistados/as, da interação direta entre seus lugares sociais/raciais e suas atuações.

Diante dos relatos, acreditamos, junto com Gomes (2006), que a experiência compartilhada acerca da vivência do racismo pode ser um dos elementos que contribui para que a desigualdade racial seja um dos temas trazidos e trabalhados por esses/as intelectuais, “os quais articulam a militância política e a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial a partir da sua própria vivência racial”. (GOMES, 2006, p.411). Suas presenças possibilitam o rompimento de uma hierarquização das desigualdades provocando a academia, pois anunciam, a partir dessa perspectiva, a necessidade de desconstrução de toda e qualquer forma de desigualdades (GOMES, 2006; 2018).

Nessa perspectiva, “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias”. (RIBEIRO, 2017, p.76). Entretanto, apesar de acreditarmos que as trajetórias profissionais e formativas dos sujeitos somadas com as experiências e vivências do racismo, bem como o lugar de fala, são imprescindíveis para a atuação desses gestores, cremos que é necessário apontar que o fato de ser negro ou negra não garante ou responsabiliza diretamente as pessoas pelas lutas e pautas antirracistas na universidade. Pois “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar.” (RIBEIRO, 2017, p.69). Desse modo, o fato de serem negros/as não os/as coloca na condição de terem uma consciência a priori acerca das questões étnico-raciais, o que poderia ser feito inclusive por pessoas não negras. Isso nos faz refletir sobre a necessidade de colocar em questão a implicação e responsabilidade de pessoas brancas aliadas na construção das políticas afirmativas. Dessa maneira, torna-se fundamental analisar a implicação do/a branco/a para a compreensão da história do racismo no Brasil, retirando o/a negro/a do lugar de responsável pelo seu próprio processo de exclusão, e do único possível questionador das estruturas racistas da sociedade (BENTO, 2009).

Por fim, a experiência da UFRB demonstra que é crucial reconhecer a importância e o protagonismo de intelectuais negros/as na construção de pautas e políticas antirracistas, bem como a necessidade de que esses/as intelectuais engajados/as assumam cargos de gestão a fim de potencializar as lutas pelas políticas afirmativas nas universidades, bem como na construção de uma ciência coerente política, étnica e racialmente. Suas presenças

produzem importantes impactos no meio acadêmico, como destacado ao longo do texto, e, além disso, produzem visibilidade e representatividade.

O movimento negro, a partir de todas as lutas travadas em prol da população negra, foi um protagonista fundamental para a ocupação e representação dessa população em diversos espaços, sejam educacionais, midiáticos e sociais. A representatividade de pessoas negras nesses espaços produz uma ressignificação dos olhares, das imagens e das representações construídas historicamente sobre o/a negro/a no Brasil. (VIEIRA, 2019)

A partir da trajetória e presença ativa e afirmada desses/as gestores/as na universidade, foi possível perceber as fissuras produzidas na academia pelos seus corpos negros e por sua atuação politicamente orientada na produção de conhecimentos, na implantação de programas e projetos na UFRB, em prol desse projeto de universidade negra.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. p. 25-57.

BRASIL. Lei. n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Brasília*, Diário Oficial da União, Seção 1, 30 ago. 2012, p. 1

CARVALHO, José Jorge. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, P.B; SILVÉRIO, V.R. (Orgs). *Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

CARVALHO, José Jorge. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, J. B; TORRES, M; GROSGOUEL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 79-106.

COSTA, J. B; TORRES, M; GROSGOUEL, R. (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GROSGOUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: COSTA, J. B; TORRES, M; GROSGOUEL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 55-78.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: Acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Minas Gerais: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, J. B.; TORRES, M.; GROSFUGUEL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-246.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. *Ações afirmativas, educação e relações raciais: Conservação, atualização ou reinvenção do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LABORNE, Ana Amélia de P. *Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, p. 21-29, n.19. jan/fev/mar/abr. 2002.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, I.; BENTO, M.A. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. p.9-11.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, p. 287-308, v. 19, n. 1290. nov. 2006.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento. 2017. 112p.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, P. V. B.; ROSEMBERG, F. Brasil: lugares de brancos e negros na mídia. In: DIJK, V.T. *Racismo e Discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto. 2008. p. x-y.